

SUMÁRIO

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

CAPÍTULO I • DAS DISPOSIÇÕES GERAIS..... 23

Arts. 1º a 8º-A

■ PARTE I 25

Marcelo Malheiros Cerqueira

1. Considerações gerais sobre a probidade na Administração Pública e a Lei nº 14.230/2021 25
2. Evolução normativa no campo da improbidade administrativa..... 33
3. Imperativos constitucionais de tutela da probidade e dos direitos fundamentais dos agentes públicos e terceiros investigados..... 43
 - 3.1. A probidade administrativa como direito fundamental 43
 - 3.2. A natureza jurídica do sistema de improbidade administrativa..... 45
 - 3.3. O sistema da improbidade administrativa e a incidência de princípios do Direito Administrativo Sancionador..... 55
 - 3.3.1. Direito Administrativo Sancionador: objeto, princípios e relação com o Direito Penal..... 55
 - 3.3.2. A identidade da improbidade administrativa frente ao Direito Administrativo Sancionador e ao Direito Penal..... 60
 - 3.3.3. Princípio da legalidade..... 66
 - 3.3.4. Princípio da tipicidade..... 67
 - 3.3.5. Princípio da (ir)retroatividade..... 70
 - 3.3.6. Princípio da proporcionalidade/razoabilidade 73
4. A improbidade administrativa e sua interseção com o microsistema de tutela coletiva..... 75

■ PARTE II 79

Felipe Giardini

5. Dos sujeitos do ato de improbidade 79
6. Novos contornos do elemento subjetivo do ato de improbidade 87
 - 6.1. Atipicidade por extirpação da culpa e da irretroatividade – Tema 1.199/STF 87
 - 6.2. Dolo genérico x dolo específico x dolo de beneficiamento 92
 - 6.3. Da causa excludente do “ilícito de hermenêutica” 100
7. Da responsabilização das pessoas jurídicas 104
8. Da responsabilidade do sucessor 108
- Referências 112

CAPÍTULO II • DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	119
Seção I Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito.....	119
Art. 9º	
Seção II Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário ..	120
Art. 10	
Seção II-A.....	122
Art. 10-A	
<i>(Revogado pela Lei nº 14.230, de 2021)</i>	<i>122</i>
Seção III Dos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública.....	122
Art. 11	
<i>Galtieni da Cruz Paulino</i>	
<i>Lucas de Moraes Gualtieri</i>	
1. Introdução.....	124
2. Visão geral das alterações nos arts. 9º, 10 e 11.....	127
3. O dolo geral e o dolo específico nas previsões normativas dos arts. 9º, 10 e 11 e a ausência da conduta culposa	135
4. Contornos jurídicos do art. 9º – dos atos de Improbidade Administrativa que importam enriquecimento ilícito.....	138
4.1. Considerações acerca do disposto no <i>caput</i> do art. 9º.....	138
4.2. Considerações acerca do disposto nos incisos do art. 9º.....	141
5. Contornos jurídicos do art. 10 – dos atos de Improbidade Administrativa que causam prejuízo ao erário	152
5.1. Considerações acerca do disposto no <i>caput</i> do art. 10.....	152
5.2. Considerações acerca do disposto nos incisos do art. 10.....	161
5.3. Considerações acerca do § 1º do art. 10.....	179
5.4. Considerações acerca do § 2º do art. 10.....	181
6. Contornos jurídicos do art. 11 – dos atos de Improbidade Administrativa que atentam contra os Princípios da Administração Pública.....	182
6.1 A taxatividade da violação dos princípios da administração pública e o direito fundamental anticorrupção	184
6.2. Os mandados internacionais de proteção e o direito fundamental anticorrupção	187
6.3. Do conteúdo dos princípios.....	189
6.4. Princípio da proporcionalidade e a proibição da proteção deficiente	191
6.5. Da segurança jurídica.....	194
6.6. Da teratologia sistêmica e a necessária interpretação conforme e holística do ordenamento jurídico	197
6.7. Diferença entre tipo, tipicidade e taxatividade	203
6.8. Comentários sobre as condutas elencadas no art. 11	206
Referências	220

CAPÍTULO III • DAS PENAS 225**Art. 12***André Batista e Silva**Jonyelson Gerônimo Farias e Silva*

1. Informações preliminares.....	226
1.1. Das finalidades das penas.....	234
1.2. Aplicação das sanções da Lei de Improbidade Administrativa: uma análise sob a ótica da economia.....	236
1.3. Da mitigação da eficácia e da efetividade da Lei de Improbidade Administrativa: a visão internacionalista e o controle de convencionalidade ...	238
2. Sanções em espécie.....	241
2.1. Ressarcimento integral do dano patrimonial.....	241
2.2. Perda dos bens e valores acrescidos ilicitamente	248
2.3. Perda da função pública.....	249
2.3.1. Disposições gerais.....	249
2.3.2. Cassação de aposentadoria como modalidade sancionatória	252
2.4. Suspensão dos direitos políticos.....	256
2.4.1. Introdução	256
2.4.2. Contagem do prazo.....	260
2.4.3. Suspensão dos direitos políticos e inelegibilidade	260
2.5. Da pena de multa civil.....	264
2.5.1. Introdução	264
2.5.2. Das balizas utilizadas para aplicação da pena de multa.....	265
2.5.3. Do destinatário da multa paga.....	269
2.6. Da proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.....	270
2.6.1. Introdução	270
2.6.2. Da extensão da penalidade.....	271
Referências	275

CAPÍTULO IV • DA DECLARAÇÃO DE BENS 277**Art. 13***Jonyelson Gerônimo Farias e Silva*

1. A declaração de bens como ferramenta de controle preventivo	277
2. Fontes normativas internacionais e nacionais.....	278
3. Do monitoramento da evolução patrimonial e da responsabilidade do agente público	281
Referências	284

CAPÍTULO V • DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL 285

Arts. 14 a 18-A

▪ PARTE I	293
<i>Bruno Pinto e Silva</i>	
<i>Fabício José da Fonseca Pinto</i>	
1. Introdução	293
2. Considerações sobre os arts. 14 e 15 da LIA	306
3. Do regime da cautelar patrimonial típica do art. 16 da Lei de Improbidade Administrativa: cotejo entre a redação antiga e a nova previsão legal do tema.....	312
3.1. (In)constitucionalidade da Lei nº 14.230/2021 quanto à reformulação das medidas cautelares patrimoniais	315
3.2. Violação da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	317
3.3. Demais questões atinentes ao novo regime de indisponibilidade de bens inaugurado pela Lei nº 14.230/2021	334
▪ PARTE II	338
▪ Análise do novo regramento da fase judicial – considerações sobre as modificações introduzidas nos arts. 17 e 18 da Lei nº 8.429/92	338
<i>Bruno Pinto e Silva</i>	
<i>Fabício José da Fonseca Pinto</i>	
1. Legitimidade ativa para propositura da ação de improbidade administrativa ...	348
2. Foro competente para oferta da ação de improbidade administrativa.....	352
3. Requisitos da petição inicial e a tentativa de aproximação entre as esferas de responsabilização sancionatória e penal.....	354
4. Do recebimento da petição inicial e do recurso cabível	358
5. Da consensualidade intercorrente e demais reflexos deste paradigma	359
6. Oferta de réplica e determinações judiciais possíveis	360
7. Da estabilização objetiva da demanda e demais consequências.....	361
8. Demais considerações sobre os parágrafos do art. 17.....	364
9. Do acordo de não persecução cível.....	366
9.1. Das considerações iniciais.....	366
9.2. Dos requisitos para a formulação do ANPC.....	369
9.3. Das possíveis sanções a serem acordadas – abrangência das cláusulas materiais e processuais.....	374
9.4. Colaboração premiada e a ação de improbidade administrativa	377
<i>Galtiênio da Cruz Paulino</i>	
10. Considerações sobre a sentença e demais previsões do art. 17-C da LIA.....	380
10.1. O <i>standard</i> de prova aplicável às ações de improbidade administrativa.....	382
<i>Lucas de Moraes Gualtieri</i>	
11. Enfrentamento das disposições normativas previstas no art. 17-D da LIA	386
12. Apontamentos sobre o art. 18 da Lei de Improbidade Administrativa	401
Referências	406

CAPÍTULO VI • DAS DISPOSIÇÕES PENAIS..... 411**Arts. 19 a 22***Frank Monteiro Ferrari**João Paulo Santos Schoucair*

1. Breves notas introdutórias.....	412
2. Considerações preliminares sobre o art. 19 da LIA.....	416
3. Bem jurídico.....	419
4. Tipicidade, elemento subjetivo e consumação.....	420
5. Sujeitos ativo e passivo.....	422
6. Pena e responsabilização civil.....	422
7. Considerações preliminares sobre o art. 20 da LIA.....	423
8. O afastamento cautelar do exercício do cargo, emprego ou função.....	425
9. Art. 21 da LIA: patrimônio público, erário e o requisito da efetiva lesão como condicionante da imposição de sanções.....	432
10. A aplicação das sanções de improbidade administrativa e sua independência do julgamento de contas.....	438
11. A relativização entre as instâncias judiciais e suas repercussões sobre a responsabilização por ato de improbidade administrativa.....	440
12. A investigação de fenômenos ilícitos de corrupção em sua perspectiva material.....	444
Referências.....	456

CAPÍTULO VII • DA PRESCRIÇÃO..... 461**Arts. 23 a 23-C***Octahydes Ballan Junior**Ruth Araújo Viana*

1. A prescrição na Lei de Improbidade Administrativa: introdução.....	462
2. Art. 23, <i>caput</i> , da LIA: regra prescricional da ação por improbidade.....	467
3. Art. 23, §§ 1º a 3º, da LIA: o inquérito civil e o processo administrativo para apuração dos ilícitos.....	470
4. Art. 23, §§ 4º a 8º, da LIA: prescrição intercorrente nas ações de improbidade administrativa.....	484
4.1. Prescrição intercorrente: inconstitucionalidade por violação material ao direito de ação e ao devido processo legal substancial.....	487
4.2. Prescrição intercorrente: inconstitucionalidade por ofensa à autonomia administrativa e orçamentária do Poder Judiciário.....	492
4.3. Controle de convencionalidade: a Convenção de Mérida.....	495
4.4. Norma de constitucionalidade progressiva ou ainda inconstitucional: uma alternativa hermenêutica para a validade da prescrição intercorrente.....	498
4.5. Irretroatividade da prescrição intercorrente.....	500
4.6. Prescrição intercorrente e ADI nº 7.236/DF.....	510

4.7. Extensão subjetiva e objetiva da suspensão e da interrupção da prescrição	511
4.8. Reconhecimento de ofício da prescrição intercorrente pelo juiz.....	512
4.9. Imprescritibilidade da ação de ressarcimento de danos ao Erário	512
5. Os arts. 23-A a 23-C, incluídos no Capítulo VII da Lei nº 8.429/1992 pela Lei nº 14.230/2021	514
5.1. Da capacitação dos agentes que atuam com prevenção e repressão aos atos ímprobos.....	514
5.2. Das custas e honorários.....	515
5.3. Desvio de recursos públicos de partidos políticos ou de suas fundações.	518
Referências	525

CAPÍTULO VIII • DAS DISPOSIÇÕES FINAIS..... 531

Arts. 24 e 25

Octahydes Ballan Junior

Referências	536
-------------------	-----